

## **Da praça à montanha: a paisagem identitária de Ouro Preto, Minas Gerais, na Primeira República**

RUTE GUIMARÃES TORRES\*

### **Introdução**

Esta apresentação propõe discutir as conexões históricas entre algumas representações da paisagem da região de Ouro Preto, em Minas Gerais, e os projetos políticos e intelectuais que articularam memória e identidade nos primeiros anos da Primeira República. O foco do estudo será o Pico do Itacolomi, o cume da alta serra que compõe a porção sul dos municípios de Ouro Preto e Mariana.

No final do século XIX e início do XX, a característica natural de Ouro Preto, cercada por altas serras, foi um dos elementos mais utilizados tanto nas discussões sobre a mudança da capital mineira quanto no processo de valorização da cidade e seu passado. Desde então, o Pico do Itacolomi passou a ser evocado como monumento natural e considerado digno de ser preservado pelo excepcional valor histórico, estético e científico que lhe foram conferidos.

A partir de um monumento que existiu na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, para representar aquele pico, pretendo fazer uma exposição que revele as percepções e representações daquele Pico num momento de intensos debates políticos e da construção de Ouro Preto como “lugar de memória” na identidade nacional.

Procurou, assim, demonstrar como a paisagem daquela formação rochosa foi sendo construída historicamente através de novos valores e significados a ela atribuídos e como foi representada por uma determinada sociedade num contexto específico. Para tanto, serão utilizados jornais, imagens fotográficas e algumas narrativas históricas que consolidaram na memória coletiva aquela formação natural como uma das identidades de Ouro Preto.

### **Tem uma “pedra” no meio da praça!**

Em 1901, o dramaturgo e jornalista Arthur Azevedo publica uma série de artigos no jornal *O País*, na qual narra uma viagem que fez à Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Em sua visita, Arthur Azevedo percorre ruas e praças da recém-inaugurada capital e deixa registrado suas impressões sobre a paisagem e os cidadãos. Ao visitar a Praça da Liberdade, o visitante a sinaliza como a mais importante das dezoito praças já inauguradas na cidade, situada no lugar mais elevado, com um “belíssimo panorama” ainda aberto, pois as árvores ali

---

\* Mestranda na linha de pesquisa Ciência e Cultura na História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais; Bolsista CNPq.

plantadas todavia não haviam crescido. Após descrever suas primeiras impressões sobre a praça, o relator exprime um desejo de retornar e vislumbrar na parte central aquilo que julga ser o mais adequado para compor a paisagem da praça do poder, um “gigantesco monumento comemorativo da Inconfidência Mineira”. (AZEVEDO, 1982: 186)

Dois anos depois, as alterações no projeto paisagístico original, anteriormente determinadas pelo diretor da Comissão Construtora da Nova Capital, Francisco Bicalho, começam a tornar realidade os tão desejados jardins da Praça da Liberdade. No relatório apresentado pela Primeira Diretoria de Obras, consta que os jardins da praça contariam com “quatro fontes artificiais, gramados, com duas alamedas em cruz, arborizadas, com um gradil que subdivide o jardim em quatro partes, circundadas por passeios”, sendo toda obra orçada em 20 contos. (BELLO HORIZONTE, 1899: 56). O projeto foi então realizado por Antônio Nunes de Almeida, com auxílio do arquiteto paisagístico francês Paul Villon.

O novo Projeto teve como inspiração o romantismo dos jardins ingleses, com seu caráter orgânico, compostos por lagos, pontes, palmeiras, dentre outros elementos que procuravam dar a sensação de um ambiente natural, apenas delimitado entre passeios. Todavia, ao construírem aquele que seria o elemento mais importante da praça, não colocaram um monumento que trouxesse à memória a figura patriótica de Tiradentes ou algo que lembrasse os ideias dos inconfidentes. Em uma massa de concreto sem acabamento estético, os dirigentes da cidade permitiram que fosse representado, em miniatura, o Pico do Itacolomi, localizado numa alta serra entre Ouro Preto e Mariana.



**Figura 1 - Praça da Liberdade, 1907. Fonte: APCBH/Coleção José Góes.**

Para alguns poetas e historiadores da época, aquela réplica serviria para homenagear a cidade de Ouro Preto. Outro motivo, seria consolar os ouropretanos, na maioria funcionários públicos que foram transferidos para Belo Horizonte com a mudança da capital, saudosos da sua cidade natal, conforme reproduzido pelo escritor Carlos Drummond de Andrade:

*A praça dos namorados  
É a praça do poder  
Saudades de Ouro Preto lacrimejam  
Entre penhascos de cimento...  
(Jornal do Brasil, 16 nov. 1974)*

Os cidadãos, no seu dia-a-dia na nova capital, muitas vezes se deparavam com imagens de lugares por eles já experienciados, que ajudavam a amenizar os sentimentos nostálgicos. (LEMOS, 2007: 94). Assim, não se sentiriam expatriados em um novo lugar que não apresentasse as marcas de suas lembranças culturais e históricas. Aquele monumento que imitava o Itacolomi serviria, então, de suporte da memória e de conexão com a paisagem da mais nova capital republicana, ocupando uma posição de destaque dentro das apropriações simbólicas dos diversos elementos e artefatos inseridos no jogo identitário.



**Figura 2** – Réplica do Pico do Itacolomi na Praça da Liberdade. **Fonte:** Aspectos e Paisagens. *Revista Vita*, ano I, n. 2, set. 1913, p. 2. APCBH/Coleção Revistas Diversas.

### **Uma disputa pela “paisagem ideal”**

Aqueles eram tempos de intensos movimentos em favor da construção de uma nação republicana há pouco proclamada. Com os ideais republicanos adentrando pelo cenário da





política brasileira no final do século XIX, vários grupos se articularam em forjar identidades adequadas à nação que se buscava construir. Para se criar identidades nacionais, no entanto, é preciso inventar tradições mediante a promoção de um imaginário político, ideias de progresso e ciências e, sobretudo, na construção simbólica e imagética de elementos que despertassem um sentimento de pertencimento a um lugar.

De acordo com Pierre Bourdieu, um espaço social, como a Praça da Liberdade, é sempre marcado pelas disputas de interesses e pela acumulação ou detenção do capital simbólico no qual a cultura material se torna mediadora da relação entre memória e identidade. (BOURDIEU, 1998 *Apud* MESENTIER, 2005:180). O desejo de Arthur Azevedo, então, expõe também a visão que se tinha do papel dos monumentos e, principalmente, da Inconfidência Mineira e da figura de Tiradentes na constituição de uma memória histórica e da identidade nacional. Entretanto, a concepção de patrimônio nacional no Brasil já começava a valorizar e discutir a proteção da natureza.

No novo mundo, a constituição de patrimônios nacionais pautou-se na necessidade de reconhecer, defender e fazer frutificar as várias dádivas naturais da terra. Como aponta Gilmar Arruda (2009), a construção do sentimento de pertencimento à “mesma república” foi resultado de uma ação conjunta entre delimitação do território físico, soberano, com a paisagem natural. No período analisado, os patrimônios naturais passaram a ser escolhidos dentre os aspectos notáveis na natureza pelas suas formas peculiares, de elevado valor estético e cultural a que foram atribuídos. Assim, os discursos em torno da construção identitária de Ouro Preto também tomaram a natureza como símbolo de riqueza da nação e origem da nacionalidade.

No final do século XIX, o interesse em se obter um centro administrativo mais moderno, adequado aos princípios de higiene e modernidade que se almejavam, fez ressurgir um antigo projeto de mudar a capital do estado. A justificativa vinha da posição geográfica como desfavorável, entre serras íngremes que impediam o desenvolvimento da cidade, por não ter terras férteis para a agricultura e que dificultava a comunicação com demais regiões. Nas análises históricas produzidas até então, a posição da cidade havia sido decidida exclusivamente pela disponibilidade das riquezas quando os bandeirantes chegaram ao vale rodeado pelas altas montanhas. Ouro Preto não era o local mais apropriado para se desenvolver um grande centro urbano moderno. Os relatos de diversos viajantes naturalistas contribuíram com tal perspectiva por narram os aspectos “tristes” daquela paisagem limitada, caracterizando suas construções, ruas e serras como “feias” e “indignas” de ser uma a



representante da grandeza de Minas Gerais. Aos olhos de muitos, Ouro Preto representava um ambiente decadente.

Com a implantação da República e do regime federalista, grupos políticos e economicamente ativos do centro e do sul de Minas reivindicam o sonho de mudar a capital. A alegação dos defensores da mudança é que o local situado entre três montanhas “obsta [...] a que nela se possa introduzir certos melhoramentos” tidos para que os habitantes “possão gozar da tranqüilidade burguesa do campo e ter, ao mesmo tempo, todas as vantagens e comodidades das grandes cidades.” (*A Ordem*, 6 jun. 1890: 1). O projeto de mudança era, em seus discursos, um antigo sonho dos Inconfidentes, tomados como heróis da República que lutaram para libertar a pátria do poder europeu.

A polêmica no decorrer da década de 1890 gerou dois grupos compostos principalmente por políticos, intelectuais, cientistas e jornalistas mineiros: os mudancistas, favoráveis à mudança da capital, em sua maioria formado por membros do partido republicano; e os não-mudancistas, de maioria conservadora, que acreditavam que Ouro Preto pudesse ser uma grande capital para Minas nos moldes modernos. No cenário político, a maioria era mudancista. Mas os não-mudancistas provocaram uma grande mobilização social por suas posições de influência sobre os republicanos, além de serem detentores de muito espaço na produção intelectual e na imprensa mineira.

Entre os mudancistas, havia ainda as divergências entre os que queriam a capital no sul do estado, economicamente mais forte pela agricultura, próximo à capital federal e ao comércio marítimo, e o grupo que acreditava ser melhor manter a capital na região central, onde se desenvolveria em larga escala a indústria do ferro, conforme apontado por Rodrigo Silva (2013: 72-97).

Por sua vez, os não-mudancistas alegavam que a capital de um estado deveria cumprir apenas sua função administrativa, não estando condicionada aos fatores econômicos e industriais, nem precisava necessariamente ser a maior cidade, tomando como exemplos as capitais dos Estados Unidos, Inglaterra e Escócia. Ademais, para estes, era dos lugares montanhosos que resultavam os povos mais “independentes, energéticos e fortes, como nas pitorescas cidades nas montanhas da Suíça.” (*A Gazeta de Ouro Preto*, 12 jan. 1890: 2).

Diante da resistência da maioria nas sessões, os não-mudancistas viram a necessidade de realizar na cidade e seus arredores melhoramentos para torná-la mais bela e moderna aos olhos da jovem República. No projeto apresentado à Intendência Municipal, a topografia não seria um empecilho ao desenvolvimento urbano, pois a região permite que a população mova-



se para todos os lados com uso da técnica, segundo o discurso de Simão da Cunha no Congresso Mineiro. (*A Ordem*, 16 maio 1891: 1). As serras ao redor não representavam mais limites para o homem, repelentes da fixação e da cultura. A guerra contra os inimigos naturais já havia sido ganha pela ciência, técnica e pela civilização, conseguindo através da domesticação da natureza. De acordo com Leo Marx (2000: 375), a tecnologia era o instrumento para se converter um indomado espaço ainda não domesticado, como os morros e altas serras, em um tipo de “jardim” dentro da ordem social vigente. Esses lugares agora poderiam ser utilizados pela cultura agrícola, pela exploração científica e, principalmente, pelo turismo para “admirarem o vasto horizonte que do alto da pedra terminal [o Itacolomy] se descortina por sobre os campos geraes”. (*Província de Minas*, 5 jun. 1884: 2 e 3). Os mineiros, enquanto tradicionais moradores das montanhas, eram “montanhese habituados a resolver por si as dificuldades que, a cada passo, encontravam na sua árdua faina”. (PIRES, 1927: xx).

No que se refere especificamente ao Pico do Itacolomi, uma proposta de intervenção direta foi feita pelo cidadão Antônio Ribeiro da Silva à Intendência Municipal. Tomando esse projetos de melhoramento como inspiração, o literato português José Palmella, não-mudancista, procura valorizar o Pico como o monumento natural escolhido para representar memória heroica de Ouro Preto e da Pátria Mineira, consagrando-o como um símbolo da cidade, um lugar de referência da luta dos bandeirantes na descoberta do ouro da região e o berço de nomes notáveis na história de Minas. Nos planos de Antônio Ribeiro e José Palmella constavam: construir um teleférico para o transporte de turistas ao Pico e chalés para hospedá-los; a construção de casa de saúde para doentes, devido ao bom clima de altitude; um observatório astronômico e metereológico; uma escola agrícola e de mineração, bem como uma colônia para 1000 famílias de trabalhadores; e um conservatório de música. (INTENDÊNCIA Municipal, *O Estado de Minas*, 5 jan. 1892: 4; PALMELLA, *O Estado de Minas*, 6 fev. 1892: 4)

Para Palmella, era preciso “alcançar as alturas para admirar as belezas que o escultor da natureza fez” e apreciar o “deslumbrante e encantador panorama da cidade” que se oferece aos olhos quando se vê o “magestoso Itacolomy, que domina o horizonte com seu bico aquilino como se fora altiva águia em repouso, olhando sombranceira para ocidente.” (PALMELLA, *O Estado de Minas*, 26 nov. 1891: 3). Em carta a um amigo, publicada no jornal *Estado de Minas* em várias partes, Palmella demonstra toda sua dedicação e esperanças de reconhecimento de Ouro Preto:

*A gloriosa cidade avança cheia de força e convicta dos poderosos recursos de que dispõe, para o aventino do progresso, para o alto do seu luminoso Itacolomy, [...] que parecia, naquela imponente elevação, aplaudir e alegrar-se por esta festa industrial, que simbolisa mais um triunfo, mais um brilhante hymno em homenagem ao grande soberano do mundo civilizado – o Progresso, este sublime Prometheo. Além [...] mostrar aos visitantes de Ouro Preto, a projeção imponente, graciosa e pitoresca destas montanhas, verdadeiros templos erguidos da terra para o céu para dizer aos ouro-pretanos: subi, subi, para o zimbório da luz da liberdade e do progresso [...]. (PALMELLA, J. Estado de Minas, 19 e 24 dez. 1981: 2).*

*[...] No Itacolomy, onde mais tarde será construído um formoso Parthenon, com seu elegante peristilo de mármore branco e cor de rosa, [...] este verdadeiro parnaso dos poetas mineiros, é ali que se elevará um tempo do mais fino mármore, em honra as musas, que tem glorificado a pátria mineira. Então o estrangeiro que visitar a capital mineira, poderá admirar bem perto do Parthenon, em homenagem a sciencia e as lettras, o mimoso Templo erguido as musas, onde brilharão as estatuas dos immortaes heroes da liberdade e da poesia – Maciel, Cláudio da Costa, Gonsaga, Alvarenga, o martyr Tira-dentes, e outros gênios, quer artigos, ou modernos, como Bernardo Guimarães e a poetiza Beatriz Brandão, que a historia imparcial há de apontar como dignos de tomar assento no immortal Parthenon do Itacolomy. [...] Então, se poderá dizer, que a cidade de Ouro Preto é, não só a capital política e administrativa [...], mas a capital da sciencia, das artes, da industria, das lettras e da poesia. Enfim, chamar-se-á, em resumo, a sublime Athenas Mineira! (PALMELLA, O Estado de Minas Geraes, 5 jan. 1892: 3 e 4)*

A partir desses primeiros anos da República, a cidade de Ouro Preto passou a ser evocada como berço da tradição, artes e urbanidade no cenário nacional. Seus defensores fizeram apelo à valorização de sua “grandiosidade heróica” na luta por uma república, “berço da liberdade” e da identidade mineira. Os valores atribuídos foram extensivos às suas serras, “pitorescas e risonhas”, que se elevavam de forma “graciosa no panorama.” (*Província de Minas*, 25 jan. 1887: 1; *A Ordem*, 31 maio 1890: 2 e 3).

### **A valoração da paisagem ouropretana**

Mesmo diante dos vários esforços e das tentativas de melhorar a aparência física de Ouro Preto, o governo estadual decretou a mudança para outra localidade, o então Arraial de Bello Horizonte<sup>1</sup>. Todavia, os discursos de valorização da cidade não se apagaram e ganharam cada vez mais força ao reafirmar a consagração de Ouro Preto como berço da identidade e da tradição mineira. Instituições comprometidas com a cultura e a História, como o Arquivo Público Mineiro, passaram a criticar o possível esquecimento de Ouro Preto e exaltar sua importância na memória nacional.

Com a inauguração da nova capital, Belo Horizonte, e a transferência do poder estadual, dos funcionários públicos e de muitos trabalhadores, a decisão de colocar uma

---

<sup>1</sup> Usamos aqui a grafia da cidade naquele período.



réplica do Pico do Itacolomi na Praça da Liberdade atendia tanto a necessidade de fazer com que os ouropretanos se identificassem com a nova cidade como para acalmar as disputas levantadas na Assembleia entre grupos políticos. Foi na tentativa de não cortar os laços com as origens e criar um identidade que reunisse o passado colonial de riquezas e requinte à nova capital é que aquele monumento de concreto foi construído como suporte à memória. Um representante do monumento natural que carregava em suas camadas rochosas as marcas de um tempo distanciado do presente, do lugar de origem de uma pretensa “mineiridade”<sup>2</sup> e dos valores considerados primordiais à nação brasileira.

A atenção e o reconhecimento do novo governo à importância histórica de Ouro Preto foram realizados graças ao discurso de consagração como cidade-relíquia, de sentimento de liberdade e luta pela independência nacional como primeira manifestação do pensamento republicano. Para Vanuza Braga, a mudança da capital, nesse sentido, não representou uma ruptura entre novo e velho, mas sim uma recomposição que dava forma a outra a relação: tradição e progresso. (*Apud* SILVA, 2013)

Já com relação ao Pico do Itacolomi, sua paisagem foi sendo construída como lugar simbólico que representava uma parte primordial na histórica de Minas Gerais. Um monumento natural no qual foi enraizada a memória coletiva sobre a descoberta das minas e ocupação da região, consagrando o Pico como o “guia dos bandeirantes” aos ricos vales auríferos.

Nas narrativas históricas sobre Minas Gerais, os picos das grandes serras ganharam um lugar de destaque na busca por tais características identitárias, referenciados como importantes marcos geográficos na ocupação do território e reverenciados pelas riquezas minerais encravadas nas rochas. É nesse sentido que a expressão “montanhas de minas”, como paisagem representativa criada para a região, traz uma “imbricada trama que condensou a memória de grupos específicos no imaginário social”. (KOZEL, 2007: 169-171).

Sua construção, ademais, envolveu escolhas entre múltiplos eventos e lugares do passado capazes de fazer sentido na atualidade. De acordo com Donald Worster (1991), as paisagens podem ser conscientemente concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade, envolvendo disputas ideológicas, conhecimentos científicos e interesses políticos. Por sua vez, Cynthia Roncaglio (2009) nos chama atenção para a

---

<sup>2</sup> O projeto de construção de uma suposta “identidade mineira”, sob o termo de “mineiridade” é amplamente discutida na historiografia. Ver RAMALHO (2014) e ARRUDA (1990).



importância em se detectar o lugar social de quem se apropria e interfere no meio, pois são seus interesses e finalidades que influenciam a relação estabelecida com a natureza.

A construção e valoração de sua paisagem, no entanto, traz para o campo de análise mais do que as memórias históricas que o consideram testemunha dos feitos dos homens, um meio de coesão social na busca de sentimento de pertença e vínculo com a nação. As paisagens também relevam os novos olhares sobre a natureza, revestidos de valores e sentidos para com o mundo natural.

### **A relação entre sociedade e natureza na construção histórica das paisagens**

Embora a natureza exista em si mesma, os valores que são atribuídos pela humanidade aos seus elementos assumem significados diversos ao longo dos séculos. Segundo Claval, não há compreensão possível das formas naturais e da organização de um espaço sem levar em consideração as dinâmicas culturais que explicam as atenções dedicadas à natureza, a forma de apropriação dos recursos e a relação que se estabelece com as lembranças do passado na construção e preservação da paisagem. (CLAVAL *Apud* KOZEL, 2007: 156).

Para Simon Schama (1996), o olhar sobre a natureza é revestido da carga da experiência e da cultura. Portanto, a paisagem carrega a marca da cultura e torna-se um documento chave para compreender as dinâmicas que somam diferentes elementos. Sendo assim, a paisagem, como objeto de reflexão, revela as históricas relações entre a sociedade e a natureza, nas quais a própria ideia de paisagem sempre pressupõe a presença humana, mesmo onde ela tome forma de ausência. (KOZEL, 2007: 164)

O geógrafo Yi-Fu Tuan (1980) chamou de “topofilia” a percepção que os seres humanos têm de seu meio ambiente, o valor que nele colocam e a forma como expressam essa relação que associa sentimento ao lugar. Para o filósofo Cassier, a percepção baseia-se na capacidade de captar e apreender o mundo através de formas simbólicas, dadas pelas dimensões experienciais, valorativas e analíticas. São essas mesmas dimensões que também permitem que qualquer espaço seja passível de interpretação e representação. (CASSIER *Apud* KOZEL, 2007:57)

No Brasil, os panoramas configurados por rochas, grutas, montanhas e despenhadeiros passaram a constituir verdadeira fascinação para seus observadores e adquiriram novo estatuto apoiado pelos estudos geográficos e geológicos desenvolvidos ao longo do século XIX, feitos principalmente pelo olhar dos naturalistas estrangeiros. No caso da paisagem das altas serras e seus picos, a percepção estético-científica transformou a visão do pitoresco sobre a natureza

brasileira, associada ao sentimento bucólico e vibração do sublime, que despertou interesse e prazer pelas formas e movimentos naturais típicas de uma determinada região. Ao mesmo tempo, há uma busca pela *pleasing prospect* – a agradável paisagem enquanto panorama, conforme descrito por Raymond William (1990: 170-171), e a renovação do desejo de reviver, mesmo que através da reconstrução, a visão de natureza ordenada e abundante.

Embora Keith Thomas (1996) e Simon Schama (1996) demonstrem uma substancial mudança na relação entre o homem e a natureza no ocidente, com o estabelecimento de gostos e atitudes em prol das formas naturais, essas novas sensibilidades não substituem completamente a visão do mundo natural como um objeto de exploração em benefício do homem. A natureza, no contexto aqui analisado, era manejada a partir dos pressupostos de “progresso, de civilização e de modernização” que guiavam as sociedades contemporâneas ocidentais. (CAMARGOS, 2006: 17-20). Assim sendo, os espaços naturais eram identificados e valorizados tanto pelo prazer que pudessem proporcionar as pessoas como pelos benefícios materiais.

Para Cynthia Roncaglio (2007), essas articulações ocorrem, sobretudo, em períodos de transição ou de rupturas históricas. No caso específico da paisagem do Pico do Itacolomi, novas percepções e representações sobre aquela natureza surgiram a partir das tentativas de se valorizar a cidade de Ouro Preto, no momento de perda da sua centralidade política e administrativa como capital do estado. Dessa forma, sobre as suas características naturais foram lançados olhares, discursos, interesses e sentimentos que configuraram novas maneiras de se relacionar e se apropriar daquele ambiente.

### **Considerações finais**

As mesmas feições geomorfológicas que atraíram a atenção dos naturalistas também despertaram artistas, literatos e políticos na análise e representação do ambiente num momento de disputas, interesses e novas formas de se relacionar com a natureza. No caso específico do Pico do Itacolomi, sua representação e valoração na paisagem ouropretana foi juntamente pautada pela evocação de mitos e lembranças sobre um passado que se queria consagrar na história nacional. Aquilo que, num primeiro momento, fez com que Ouro Preto fosse referenciada como decadente, incapaz de ser modernizada e ampliada, passou a servir como emblema de sua grandeza e importância histórica. (NATAL, 2007). A “topografia e a forma urbana não são mais um defeito a ser corrigido, mas uma qualidade a ser apreciada, um elemento visual que atesta a singularidade da cidade.” (ALCANTARA, 2001: 185).



No processo de valorização da cidade de Ouro Preto, as analogias entre a antiga e nova capital basearam-se, principalmente, na antítese entre o arcaico e o moderno, o antigo e o novo. Mas, igualmente, pela superposição entre um passado de tradição e a modernidade. (FONSECA, 1998; LIMA, 2009; MENICONI, 1999).

Embora muitos discursos revelem uma ligação “emociva, afetiva e pessoal, é pela esfera da identidade nacional ou mineira que Ouro Preto será evocada segundo a memória histórica coletiva, oficial e nacionalista”. Assim, o trabalho da memória estabelece não apenas os lugares a serem consagrados na identidade local e nacional, mas igualmente qual a história que deve ser narrada e oficializada coletivamente. (NATAL, 2007)

No caso da paisagem do Itacolomi, não podemos reproduzir as narrativas sobre sua “agência na descoberta do ouro” e sua representatividade topográfica do Estado, como as “montanhas de Minas”, sem questionar que essa importância e essa identidade da região foram construídas em determinados contextos e por demandas específicas. Se ignorarmos como as paisagens e a forma como representamos seus elementos naturais são definidas historicamente, como afirma a historiadora Regina Duarte (2005: 87), ingenuamente endossamos concepções e discursos criados como se fossem os únicos possíveis, perdendo a chance de crítica e de ampliação do conhecimento.

Como lugar simbólico construído ao longo dos anos pelos investimentos de valores e sentidos profundos, a invenção da paisagem do Pico como representante da natureza e da identidade mineira revela não só memórias, mas novos olhares sobre a montanha, passíveis de representações diversas que a transformaram em lugar sagrado, cenário de disputas e combates, espaços de lazer, centro de conhecimento científico e desenvolvimento econômico.

## Fontes

*A Gazeta de Ouro Preto*, 12 jan. 1890, p. 2.

*A Ordem*, 16 maio 1891, p. 1.

*A Ordem*, 31 maio 1890, p. 2 e 3.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Praça da Liberdade sem Amor. *Jornal do Brasil*, 16 nov. 1974.

APMOP, Livro de Contratos, v. 1, p. 38v-44. *CONTRATO celebrado entre a Intendência Municipal de Ouro Preto e os cidadãos Dr. José Alegrante de Moura Costa e Vicente*



*Barreiros, para os melhoramentos desta capital*, aprovado pelo Decreto do General Presidente deste Estado de Minas Gerais, datado de 14 de setembro de 1891, sob número 558.

ARANTES, Ramos (fotógrafo). Aspectos e Paisagens. *VITA – Revista de Artes e Letras*, Belo Horizonte, ano 1, n. 1 e 2, julho 1913. Acervo: Revistas Diversas, APCBH.

AZEVEDO, Arthur. Um passeio a Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 33, p. 179-211, 1982.

BELLO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro. 12 de setembro de 1899 - 31 de agosto de 1902. *Relatórios...* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1902.

E. L. Mudança da Capital. *A Ordem*, 6 jun. 1890, p. 1.

INTENDÊNCIA Municipal, sessão do dia 10/12/1891. *O Estado de Minas*, 5 jan. 1892, p. 4.

PALMELLA, J. Ouro Preto ou a Antiga Villa Rica. *O Estado de Minas*, 26 nov. 1891, p. 3.

\_\_\_\_\_. Ouro Preto e seus progressos atuais, *O Estado de Minas*, 19 dez. 1891, p. 3; 24 dez. 1891, p. 2; 3 jan. 1892, p. 3 e 4; 5 jan. 1892, p. 3 e 4; e 6 fev. 1892, p. 4.

PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. A ideia republicana em Minas Gerais; sua evolução; organização definitiva do Partido Republicano. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXI, p. 17-40, 1927.

*Praça da Liberdade, 1907.* (fotografia). APCBH/Coleção José Góes.

*Província de Minas*, 25 jan. 1887, p. 1.

*Província de Minas*, 5 jun. 1884, p. 2 e 3.

*Província de Minas*, 26 jun. 1884, p. 2 e 3.

SENNA, Nelson de. *Bicentenário de Ouro Preto: 1711-1911*. Belo Horizonte, 1911.

VASCONCELOS, Diogo de. Discurso de inauguração do IHGMG. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.14, n.1, p.213-220, 1909.

### **Referências Bibliográficas**

ALCANTARA, A. P. G. A aparência das coisas. *Revista do IPHAN*, n. 29, 2001.

ARRUDA, Gilmar. Minha terra tem palmeiras: Paisagem, Patrimônio e Identidade nacional. In: FUNARI, Pedro Paulo A; PELEGRINI Sandra C. A; RAMBELLI, Gilson. [Org.]. *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume, FAPESP, Campinas: Nepam, 2009.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.





BLANC-POMARD, Chantal; RAISON, Jean-Pierre. Paisagem. In. *Enciclopedia Einaudi*. Região, v. 8. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

CAMARGOS, Regina Maria de Fátima. *Homem, natureza e sensibilidades ambientais: as concepções de áreas naturais protegidas*. 101 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2006.

CARVALHO, A. I. de. *Montanhas e Memória: uma identificação cultural no Marumbi*. Tese (Doutorado em História), UNICAMP, 2005, p. 96.

DUARTE, R. H. *História & natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 87.

FERNANDES, Ludmila Dias. Praça da Liberdade, Belo Horizonte. In: *As praças cívicas das novas capitais brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - UNB, Brasília, 2011.

FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e Modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

FRANCO, José Luiz de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional. In: HORTA, Regina (org.), *Varia Historia, Dossiê História e Natureza*, Departamento de História UFMG, Belo Horizonte, n. 26, janeiro de 2002.

KOZEL et. al. *Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista*. Curitiba: NEER, 2007.

LEMOS, Celina Borges. Uma centralidade belo-horizontina. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano XLIII, n. 1, p. 92-111, jul.-dez., 2007.

LIMA, K. T. Reconstrução identitária de Ouro Preto após a mudança da capital. In: II ENCONTRO MEMORIAL: NOSSA LETRA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2009, Mariana. *Anais do II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: nossa letra na História da Educação*, 2009.

MARX, Leo. *The Machine in the Garden: technology and the pastoral ideal in America*. New York: Oxford University Press, 2000, p. 375

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto*. 1999. Dissertação - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

MESSENTIER, L. M. Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania. *Revista Vivência*, Natal, UFPN, n. 28, p.167-177, 2005.

NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Dissertação – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.



PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. A ideia republicana em Minas Gerais; sua evolução; organização definitiva do Partido Republicano. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXI, p. 17-40, 1927.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. História da mineiridade: o discurso essencialista de uma representação. 2014. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH-MG, Juíz de Fora, 2014. In: *Anais...*, 2014.

RONCAGLIO, Cynthia. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, UFPR, n. 19, p. 111-128, jan./jun. 2009.

\_\_\_\_\_. *O emblema do patrimônio natural no Brasil: a natureza como artefato cultural*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

SANTOS, Margaret Ferreira dos. A destruição da Natureza e os Arautos do Conservacionismo Brasileiro nas primeiras décadas do século XX. *Revista Uniara*, n. 21/22, 2008/2009.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SERRANO, Célia M. T. *A invenção do Itatiaia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1993.

SILVA, Rodrigo Machado da. *A Caducidade das Disposições Transitórias: o polêmico debate a respeito da transferência da capital mineira (1890-1893)*. *Revista Almanack*, n. 5, maio, p.72-97, 2013.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Cia das Letras, 1996

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

WILLIAMS, Raymond; BRITTO, Paulo Henriques. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.198-215, 1991.